

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siuffi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4135/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídos no período de 4.2 a 5.3.2019, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4456/2016).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4149/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 23.4 a 2.5.2018 e 6 a 13.8.2018, a serem usufruídos nos dias 25, 26, 27, 28.2 e 1º.3.2019, nos termos dos artigos 3, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4150/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira 9 (nove) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a serem usufruídos no período de 7 a 15.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4151/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira 1 (um) dia de férias remanescentes, referente ao período aquisitivo 2010/2011, a ser usufruído no dia 16.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4152/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2002/2003, a serem usufruídos no período de 7 a 16.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4126/2018-PGJ, DE 5.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 19ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Livia Carla Guadanhim Bariani, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no período de 10 a 19.12.2018, em razão de férias da titular, Érica Rocha Espindola.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4127/2018-PGJ, DE 5.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjian Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, nos períodos de 10 a 14.12.2018, em razão de férias, e de 17 a 19.12.2018, em razão de licença compensatória pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4128/2018-PGJ, DE 5.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
44ª	Regina Dornte Broch	17 a 19.12.2018	Compensação	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia
51ª	Luciano Anechini Lara Leite	17 a 19.12.2018	Compensação	Rosana Suemi Fuzita Irikura

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4131/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 0004924-25.2011.8.12.0013, em trâmite na referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4132/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça da comarca de Ponta Porã, Magno Oliveira João, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Inquérito Policial nº 0000255-71.2012.8.12.0019, em trâmite na referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4134/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Amilcar Araujo Carneiro Junior	2017/2018	30	19.11 a 18.12.2018
Bianka Machado Arruda Mendes	2017/2018	30	15.1 a 13.2.2019
Eduardo de Araujo Portes Guedes	2017/2018	20	7 a 26.1.2019
George Zarour Cezar	2017/2018	20	17.1 a 5.2.2019
Lia Paim Lima	2017/2018	30	18.2 a 19.3.2019
Luciana Moreira Schenk	2017/2018	10	21 a 30.1.2019
Matheus Carim Buckner	2017/2018	30	8.1 a 6.2.2019
Moisés Casarotto	2017/2018	20	10 a 19.12.2018 e 7 a 16.1.2019
Thiago Barbosa da Silva	2017/2018	20	7 a 26.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4133/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar no Auto de Prisão em Flagrante nº 0002152-43.2018.8.12.0046 e nos procedimentos dele decorrente, em trâmite na referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4144/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 4ª Promotora de Justiça de Ponta Porã, Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de instrução e julgamento em ações de pedido de registro tardio, referentes à Carreta da Justiça, no município de Antônio João, no dia 11.12.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4146/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20 a 23.11.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4147/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, no período de 5 a 14.12.2018, as férias da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk, concedidas por meio da Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4148/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 3965/2018-PGJ, de 22.11.2018, que concedeu ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente ao período de 14 a 21.11.2018, na parte que seria usufruída no dia 7.12.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4153/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 5 (cinco) dias de férias remanescentes, sendo 3 (três) dias referentes ao período aquisitivo 2008/2009 e 2 (dois) dias referentes ao período aquisitivo 2009/2010, a serem usufruídos no período de 21 a 25.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4154/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça João Linhares Júnior 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 7 a 11.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4155/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 7 a 16.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4156/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 14 a 18.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4157/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados férias compensatórias, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013, conforme adiante segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	FERIADO FORENSE	QTDE. DIAS	PERÍODO DE GOZO
Christiane de Alencar	22 a 31.12.1999	5	25.2 a 1º.3.2019
	22 a 31.12.2001	2	11 e 12.3.2019
Daniel do Nascimento Britto	20.12.2016 a 6.1.2017	5	14 a 18.1.2019
Fernando Jamusse	20.12.2015 a 6.1.2016	10	21 a 30.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4158/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 26.7 a 1º.8.2018 e 14 a 21.11.2018, a serem usufruídos nos dias 7, 8, 9, 10 e 11.1.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4159/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 30.4 a 7.5.2018, a serem usufruídos nos dias 21, 22, 23, 24 e 25.1.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4160/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Adriano Lobo Viana de Resende	14.12.2014; 10 e 11.1.2015	7, 8 e 9.1.2019
Ana Cristina Carneiro Dias	14.9.2014; 10.5.2015; 30 e 31.1 e 25.6.2016	7, 8, 9, 10 e 11.1.2019
Cristiane Mourão Leal Santos	21, 22 e 23.4.2017	16, 17 e 18.1.2019
Daniel do Nascimento Britto	1º e 2.4, 13, 14 e 27.5.2017	7, 8, 9, 10 e 11.1.2019
	28.5, 10, 11 e 24.6.2017	21, 22, 23 e 24.1.2019
Daniela Cristina Guiotti	7 e 8.6.2018	17 e 18.1.2019
Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	11.7.2018	17.1.2019
Douglas Silva Teixeira	21.2 e 5.3.2016	2 e 3.5.2019
Edival Goulart Quirino	7 e 8.9.2018	28 e 29.1.2019
Gabriel da Costa Rodrigues Alves	15, 25 e 26.11.2017; 7 e 20.1.2018	7, 8, 9, 10 e 11.1.2019
	21.1, 10, 11, 12 e 13.2.2018	28, 29, 30, 31.1 e 1º.2.2019
Gilberto Carlos Altheman Júnior	25 e 26.11.2017	17 e 18.1.2019
Jorge Ferreira Neto Júnior	9 e 10.4.2016	17 e 18.1.2019
Juliana Nonato	15.5, 23 e 24.7, 6 e 7.8.2016	14, 15, 16, 17 e 18.1.2019
Oscar de Almeida Bessa Filho	13 e 14.8, 17 e 18.9 e 22.10.2016	7, 8, 9, 10 e 11.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4161/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 004/2017, de 11.1.2018, da Prefeitura de Sidrolândia, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 10.12.2018, em razão das comemorações do Aniversário do Município de Sidrolândia (11.12.2018);

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos nº 066.113.0018/2018, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que autorizou o fechamento do fórum da comarca de Sidrolândia no dia 10.12.2018,

**R E S O L V E :**

Declarar ponto facultativo o dia 10.12.2018, segunda-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Sidrolândia, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício



**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4122/2018-PGJ, DE 5.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Marcos Neves Papi, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 28.11 a 12.12.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e do artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4123/2018-PGJ, DE 5.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Sonia Tenuta, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 26.11 a 25.12.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4136/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Priscilla Nóbrega Coelho, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 5 a 14.12.2018, em razão de férias da servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4137/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Elizangela Cristina Paes da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 43ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços para a Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados e um deslocamento semanal à última Comarca, no período de 5.11 a 19.12.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4138/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Marcelo Maruyama, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão Criminal da referida Comarca, no período de 10 a 19.12.2018, em razão de férias da servidora Gláucia Gonzaga Vieira de Sá.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4139/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Vânia de Oliveira Coelho Gondim, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 17 a 26.1.2019, em razão de férias da servidora Patricia da Silva Pereira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4140/2018-PGJ, DE 6.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Alyne Chaves Cruz, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 3 e 4.12.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 011/2018-CPJ, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018.**

*Aprova o Planejamento Estratégico Setorial e o Plano Geral de Atuação 2019 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.*

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO que compete ao Procurador-Geral de Justiça elaborar o Plano Estratégico Institucional, com a participação dos órgãos da Administração Superior, de administração, de execução e auxiliares, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

CONSIDERANDO que compete ao Procurador-Geral de Justiça apresentar ao Colégio de Procuradores de Justiça o Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público, destinado a viabilizar a consecução de metas prioritárias nas diversas áreas de suas atribuições, nos termos do *caput* do art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso V, da Resolução nº 005/2014-PGJ, de 7 de abril de 2014, que estabeleceu competência para a Supervisão de Planejamento e Gestão Estratégica coordenar a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Plano Geral de Atuação (PGA) do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso X, da Resolução nº 005/2014-PGJ, que estabeleceu competência para a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplange) promover a elaboração do PGA do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), visando encaminhá-lo ao Procurador-Geral de Justiça; e ainda o disposto no art. 14 da mesma Resolução, que revogou todas as disposições em contrário; e

CONSIDERANDO a aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça na reunião ordinária realizada em 6 de dezembro de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo I desta Resolução, o Planejamento Estratégico Setorial (PES) do MPMS.

Art. 2º Aprovar, na forma do Anexo II desta Resolução, o Plano Geral de Atuação (PGA) para o ano de 2019.

Art. 3º Compete à Assessoria de Comunicação do MPMS promover a divulgação dos Anexos desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 7 de dezembro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

**ANEXO I**

Planejamento Estratégico Setorial

[https://www.mpms.mp.br/downloads/planejamento\\_estrategico\\_setorial\\_2019.pdf](https://www.mpms.mp.br/downloads/planejamento_estrategico_setorial_2019.pdf)

**ANEXO II**

Plano Geral de Atuação 2019

[https://www.mpms.mp.br/downloads/plano\\_geral\\_atuacao\\_2019.pdf](https://www.mpms.mp.br/downloads/plano_geral_atuacao_2019.pdf)

**COMISSÃO ELEITORAL****AVISO Nº 04/2018/CE/CSMP**

**A COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado da eleição para compor o Conselho Superior do Ministério Público, biênio 2019/2020, sendo considerados eleitos os nove candidatos mais votados, e os demais seus suplentes:

Dr. Antonio Siufi Neto, 147 votos;  
Dr. Silvio Cesar Maluf, 144 votos;  
Dr. Francisco Neves Junior, 138 votos;  
Dr<sup>a</sup> Jaceguara Dantas da Silva, 131 votos;  
Dr. Edgar Roberto Lemos de Miranda, 129 votos;  
Dr. Alexandre Lima Raslan, 122 votos;  
Dr. Belmires Soles Ribeiro, 114 votos;  
Dr. Silasneiton Gonçalves, 113 votos;  
Dr. João Albino Cardoso Filho, 105 votos;  
Dr<sup>a</sup> Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, 101 votos;  
Dr. Adhemar Mombrum de Carvalho Neto, 63 votos; e  
Dr<sup>a</sup> Sara Francisco Silva, 48 votos.

Campo Grande, 7 de dezembro de 2018.

**SÉRGIO LUIZ MORELLI**

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

**OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS**

Procurador de Justiça

Membro

**HUDSON SHIGUER KINASHI**

Procurador de Justiça

Secretário

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONTRATO Nº 92/PGJ/2018**

Processo nº PGJ/10/2244/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **ENOREY INTERNATIONAL BRASIL CONSULTORIA LTDA**, neste ato representada por **José Carlos Nordmann Garagorry**.

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 030/2017, decorrente do Pregão Eletrônico nº 030/2017, Processo Administrativo nº 00091.001665/2017, oriunda da Agência Brasileira de Inteligência.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de licenças de cessão de direito de uso de software de análise de dados da linha IBM i2, incluindo a renovação das licenças de uso, atualização do software, suporte técnico ao usuário e manutenção.

Valor total da contratação: R\$ 159.715,00 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e quinze reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000154, de 14.11.2018.

Vigência: 23.11.2018 a 23.11.2019.

Data de assinatura: 23 de novembro de 2018.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/PGJ/2018.**

Processo nº PGJ/10/3173/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **KONA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP**, neste ato representada por **Leonardo Cauhi de Oliveira**

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 70/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 203/2017, Processo Administrativo nº 23117.016045/2017-41, oriundo do Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de 4 (quatro) unidades de projetor multimídia para atender a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, em razão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado nos autos do Inquérito Civil nº 07/2013, cuja cláusula punitiva determinou a doação dos bens pelo poluidor devedor e o encaminhamento dos objetos adquiridos ao 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental.

Valor total da contratação: R\$ 8.968,00 (oito mil, novecentos e sessenta e oito reais), sendo R\$2.242,00 (dois mil, duzentos e quarenta e dois reais) por unidade, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000133, de 27.09.2018.

Origem do recurso: FEADMP-MS, oriundo do cumprimento de cláusula punitiva do TAC firmado no Inquérito Civil nº 07/2013.

Vigência: A vigência do presente Contrato será o último dia do prazo exigido para a garantia contratual.

Data de assinatura: 8 de novembro de 2018.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/3698/2018

Amparo legal: Artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.**

Valor: R\$ 8.551,34 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE006057 de 05.12.2018.

Objeto: Despesa com aquisição de equipamento UFED 4PC *Ultimate Standart – Hardware*.

Justificativa: Trata-se de certidão de exclusividade proveniente da Associação Brasileira das Empresas de *Software*, que afirma ser a empresa Techbiz Forense Digital Ltda. a única distribuidora no Brasil a realizar suporte técnico (remoto/presencial), implementação, consultoria, capacitação, comercialização, manutenção, marketing e garantia aos programas UFED 4PC.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande/MS, 5 de dezembro de 2018.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/3698/2018

Amparo legal: Artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.**

Valor: R\$ 65.745,38, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE006058 de 05.12.2018.

Objeto: Despesa com aquisição de UFED 4PC *Ultimate Standart Software*, com 1 ano de atualização.

Justificativa: Trata-se de certidão de exclusividade proveniente da Associação Brasileira das Empresas de *Software*, que afirma ser a empresa Techbiz Forense Digital Ltda. a única distribuidora no Brasil a realizar suporte técnico (remoto/presencial), implementação, consultoria, capacitação, comercialização, manutenção, marketing e garantia aos programas UFED 4PC.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande/MS, 5 de dezembro de 2018.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/3698/2018

Amparo legal: Artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.**

Valor: R\$ 44.240,52 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE006059 de 05.12.2018.

Objeto: Despesa com aquisição de UFED 4PC *Ultimate SW Renewal* – serviços de atualização e suporte de *software* pelo período de 1 ano.

Justificativa: Trata-se de certidão de exclusividade proveniente da Associação Brasileira das Empresas de *Software*, que afirma ser a empresa Techbiz Forense Digital Ltda. a única distribuidora no Brasil a realizar suporte técnico (remoto/presencial), implementação, consultoria, capacitação, comercialização, manutenção, marketing e garantia aos programas UFED 4PC.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande/MS, 5 de dezembro de 2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****APARECIDA DO TABOADO****EDITAL Nº 011/2ªPJ/2018**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003320-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eldorado Brasil Celulose S.A

Assunto: A fim de apurar a existência de erosão, desmatamento irregular e assoreamento do Córrego Paiol provocados pela empresa Eldorado Brasil Celulose S.A., bem como promover a reparação do dano ambiental.

Aparecida do Taboado/MS, 07 de dezembro de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

**AQUIDAUANA****EDITAL N.º 024-2018-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002355-9 em Inquérito Civil nº 06.2017.00002355-9 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002355-9 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto – Identificar o proprietário e a propriedade rural na qual foi verificado o desmatamento de 20,31 ha, conforme Parecer n. 66/2016/NUGEO.

Aquidauana - MS, 03 de dezembro de 2018.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 025-2018-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002356-0 em Inquérito Civil nº 06.2017.00002356-0 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002356-0 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto – Identificar o proprietário e a propriedade rural na qual foi verificado o desmatamento de 2,04 ha, conforme Parecer n. 73/2016/NUGEO.

Aquidauana - MS, 03 de dezembro de 2018.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

---

**BONITO**

---

**NÚMERO DO MP: 06.2018.00002895-8**

Recomendação 0009/2018/01PJ/BTO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “*caput*” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “*caput*”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO a instauração no âmbito desta Promotoria de Justiça do Procedimento Preparatório 06.2018.00002895-8 com a finalidade de Investigar irregularidades referentes aos contratos nº 095/2018 e 097/2018, firmados pelo Município de Bonito/MS;

CONSIDERANDO considerando que em ambos contratos sob investigação, existe a previsão expressa de que os 03 profissionais da medicina contratados sejam especialistas nas respectivas áreas com título registrado no Conselho Regional de Medicina, respectivamente pediatria, cardiologia e psiquiatria;

CONSIDERANDO que as provas colhidas nesta Promotoria de Justiça, além da simples consulta do nome do médico no site do conselho profissional ([http://crmms.org.br/index.php?option=com\\_medicos&Itemid=59#buscaMedicos](http://crmms.org.br/index.php?option=com_medicos&Itemid=59#buscaMedicos)), apontam que nenhum dos três médicos atende aos requisitos contratuais para exercer a profissão nas circunstâncias exigidas pela Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO que, a exigência descumprida não se mostra de maneira alguma desarrazoada ou descabida, na medida em que garante o interesse público de que os cidadãos de Bonito tenham acesso à uma saúde pública de qualidade, ainda mais em se considerando a sensibilidade das especialidades médicas a que se referem os contratos;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal não pode exigir determinado requisito para o certame e posteriormente aceitar que seja descumpridos, o que é motivo inclusive para eventual ação de improbidade administrativa contra os servidores públicos responsáveis, dentre os quais o pregoeiro que deixou de verificar a falha;

RESOLVE, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução n.º 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR, ao Prefeito do Município de Bonito/MS que:

*A) rescinda imediatamente os contratos 095/2018 e 097/2018, não os renove, e contrate profissionais que atendam integralmente aos requisitos constantes do futuro certame e contrato a ser realizado;*

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação:

- A) ao diretor do hospital João Bigaton;
- B) à Presidente da Câmara Municipal de Bonito;
- C) ao Secretário Municipal de Saúde;
- D) ao Conselho Regional de Medicina – encaminhando a este cópia dos documentos de fls. 01-35;
- E) Ao pregoeiro da Prefeitura.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Fixo o prazo de 10 dias para resposta acerca do acatamento da presente recomendação.

Bonito, 05 de dezembro de 2018

JOÃO MENECHINI GIRELLI  
Promotor de Justiça

#### CAMAPUÃ

#### EDITAL N. 017/2018/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003182-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003182-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: “Apurar a regularidade da concessão de DIÁRIAS aos vereadores do Município de Camapuã, referente ao ano de 2011”.

Camapuã - MS, 06 de dezembro de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA  
Promotor de Justiça em Substituição Legal



**EDITAL N. 018/2018/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003230-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003230-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: “Apurar a regularidade das aquisições de materiais de construção pelo Município de Camapuã, a partir do ano de 2013”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 03/2014 para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 06 de dezembro de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**RECOMENDAÇÃO 0003/2018/1ªPJC**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo Promotor de Justiça que a esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, institucionais e legais, em especial com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso II e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e, ainda,

CONSIDERANDO que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República; artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.625/93; e artigo 26, inciso IV, “a” e “b”, da Lei Complementar Estadual nº 72/94;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública, dentre outros, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência, expressamente elencados no artigo 37, *caput*, da CR/88;

CONSIDERANDO que, no caso do princípio da impessoalidade, compreendido sob o viés da Administração Pública, tem por escopo proibir a pessoalização de atos estatais e, conseqüentemente, a promoção pessoal do agente público, uma vez que o autor destes é o órgão ou a entidade, e não a pessoa do agente público;

CONSIDERANDO as circunstâncias fáticas apuradas no Inquérito Civil n. 06.2018.00000112-5, instaurado em 28/03/2018, revelam que o Prefeito Municipal de Camapuã incidiu na prática de autopromoção ao inserir nos uniformes escolares, confeccionados no ano de 2017, a frase “União e Trabalho”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.907/94, que determina o modelo de fardamento escolar adotado nas escolas públicas e privadas do País, estabelece que somente poderá conter a inscrição do nome do estabelecimento escolar<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Art. 2º Os critérios para a escolha do uniforme escolar levarão em conta as condições econômicas do estudante e de sua família, bem como as condições de clima da localidade em que a escola funciona.

1º O uniforme a que se refere o caput só poderá conter, como inscrição gravada no tecido, o nome do estabelecimento.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal consagra, em seu art. 37, § 1º, que "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos";

CONSIDERANDO que a promoção pessoal de agentes públicos por intermédio de publicidade atrelada a órgãos públicos configura atrai as sanções previstas no art. 37, § 4º, da Constituição Federal e na Lei nº 8.429/92, visando assegurar o respeito ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a recomendação "constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público"<sup>2</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa;

Resolve RECOMENDAR ao Senhor Delano de Oliveira Huber, Prefeito Municipal de Camapuã, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da presente recomendação, que:

A) Proíba os alunos de usarem os uniformes que contenham a frase "União e Trabalho";

B) Determine a confecção dos próximos uniformes escolares em estrita observância à Lei nº 8.907/94.

C) Abstenha-se de utilizar de fotografias, nomes, cores, símbolos ou imagens que configurem promoção pessoal do chefe do poder executivo municipal em qualquer publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos.

O descumprimento da presente recomendação ensejará o ajuizamento de ação de improbidade administrativa, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela.

Nesse passo, requisita-se, desde logo, que o Prefeito Municipal de Camapuã informe, no prazo de 10 (dez) dias, se acatará ou não esta recomendação, apresentando, em qualquer hipótese de negativa, os respectivos fundamentos.

Sendo esta recomendação acatada, deverá o Prefeito, no mesmo prazo, comprovar perante esta Promotoria de Justiça que, foi dada ciência à Secretaria Municipal de Educação, a todos diretores das escolas municipais e centros de educação infantil, sobre o teor desta Recomendação Administrativa, mediante assinatura deles na segunda via que segue em anexo, bem como encaminhar provas de que nos uniformes confeccionados no ano de 2018 apenas consta o brasão do município de Camapuã.

Camapuã-MS, 06 de dezembro de 2018

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA  
Promotor de Justiça em Subst. Legal

## RECOMENDAÇÃO 0004/2018/1ªPJC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo Promotor de Justiça que a esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, institucionais e legais, em especial com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas "a" e "b", e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e, ainda,

<sup>2</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

CONSIDERANDO que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República; artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.625/93; e artigo 26, inciso IV, “a” e “b”, da Lei Complementar Estadual nº 72/94;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública, dentre outros, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, expressamente elencados no artigo 37, *caput*, da CR/88;

CONSIDERANDO que a contratação direta é modalidade excepcional de contratação, sendo admitida nas hipóteses previstas nos artigos 24 e 25, da Lei 8.666-93;

CONSIDERANDO que o artigo 24 inciso IV, da Lei 8.666-93, prevê expressamente a hipótese de dispensa de licitação no caso de demonstrada urgência;

CONSIDERANDO que mediante análise da justificativa apresentada pelo Município de Camapuã, constata-se que inicialmente não haveria realização das festividades de aniversário do Município, entretanto, firmou-se convênio com a Fundação de Cultura de Mato grosso do Sul, na data de 21 de setembro de 2017, o qual liberou verba para realização das festividades.

CONSIDERANDO que o aniversário do Município se deu em 30 de setembro, nota-se claramente a inviabilidade de abertura de processo licitatório em tempo hábil para a realização das festividades. Não havendo indícios de fraude a licitação no caso em tela;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público” (ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49) , viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Resolve RECOMENDAR:

A. Ao Prefeito Municipal Delano de Oliveira Huber:

A.1) atentar-se aos ritos estabelecidos na Lei nº 8.666/93, para realização de licitações, bem como a celebração de convenios com antecedência que comporte os tramites necessários para realização de processo licitatório, para que não mais ocorram situações como esta.

O descumprimento desta Recomendação Administrativa pelo Prefeito Municipal implicará, em sendo necessário:

- Na responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa;
- No oferecimento de denúncia, pela prática, em tese, de eventuais crimes que vierem a ser apurados.

Sendo assim, determino ao apoio desta Promotoria de Justiça:

→ Oficie-se ao(s) Requerente(s) e ao(s) Requerido(s) cientificando-o(s), por meio de carta(s) registrada(s) ou pessoalmente, conforme o caso, da promoção de arquivamento deste Inquérito Civil, nos termos do art. 26, § 3º, da Resolução 15/2007-PGJ (Inquérito Civil).

→ Remetam-se os autos e eventuais anexos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para apreciação, conforme o art. 26 e seguintes da Resolução 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), registrando que este órgão de execução encontra-se à disposição para eventuais esclarecimentos.

→ Realizem-se as movimentações e lançamentos necessários no sistema.

→ Eventuais ofícios ou documentos pertinentes ao presente Inquérito Civil deverão ser imediatamente remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público.

Camapuã-MS, 06 de dezembro de 2018

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

**NIOAQUE**

---

**EDITAL Nº 06.2018.00003294-0**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, comarca de Nioaque.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00003294-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Nioaque

Assunto: Apurar a falta de manutenção da canalização de águas fluviais para despejar no Rio Urumbeva pela Prefeitura Municipal, localizada na Chácara São São Francisco, município de Nioaque/MS.

Nioaque, 06 de dezembro de 2018.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça